

## Editorial

# Toponímia, teoria e método. Retratos de tradição e inovação

---

**Patricia Carvalhinhos** 

Universidade de São Paulo, Brasil

[patricia.carv@usp.br](mailto:patricia.carv@usp.br)

<https://orcid.org/0000-0003-2188-9497>

---

**Adriana Tavares Lima** 

Universidade de São Paulo, Brasil

[adrianatlima@usp.br](mailto:adrianatlima@usp.br)

<https://orcid.org/0000-0001-9797-8467>

---

## Palavras iniciais

Receber um convite para a organização de um dossiê temático é sempre uma alegria e, sem dúvida, um desafio. Este é o segundo dossiê que organizamos desde 2020, com propostas diferenciadas. Se a ciência onomástica vem experimentando avanços consideráveis após os anos 2000 graças ao impulso de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (por nós aqui homenageada tanto na figura de pesquisadora séria, orientadora querida de uma das organizadoras, quanto pessoa), por outro é fato que existe um interesse mais declarado, nos anos recentes, à onomástica pessoal ou antroponímia.

Esses dados acabaram emergindo à percepção após evidenciar-se durante as duas fases do projeto *Para uma historiografia dos estudos onomásticos no Brasil* (2016-2019), coordenado por Carvalhinhos e ligado ao grupo de trabalho (GT) International Bibliography of Onomastic Sciences (IBOS), grupo que trata da recolha e análise da bibliografia onomástica no mundo, ligado ao International Council of Onomastic Sciences (ICOS). Durante aqueles anos, a proposta do GT assumiu um viés quantitativo, extremamente relevante para que traçássemos uma linha evolutiva da pesquisa onomástica no Brasil e percebêssemos o quanto os esforços de Dick foram recompensados, além de viabilizar a compreensão da dispersão dos estudos por todo o território brasileiro graças à expansão dos programas de pós-graduação no último quartel do século XX e início do século XXI.

Docente e pesquisadora há muitos anos, uma das organizadoras possui ampla experiência, atuando, também, como avaliadora *peer reviewer* emitindo pareceres para revistas brasileiras e estrangeiras. Sua *expertise* também evidencia um fato: embora pesquisas envolvendo Toponímia<sup>1</sup> sejam muito frequentes, a antroponímia, carregada, talvez, pelo impulso

---

<sup>1</sup> A exemplo do que já fizemos em outros artigos, diferenciamos a disciplina e o elenco de nomes pelo uso de

do projeto *Novo Dicionário de Nomes em Uso no Brasil*, liderado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Soledade Barbosa Coelho (Universidade Federal da Bahia - UFBA) e pelo recente lançamento do livro de autoria de Amaral e Seide (2020) sobre a antroponímia no Brasil, vem crescendo e talvez consolidando-se como preferida entre muitos pesquisadores iniciantes, pelo menos em nosso país.

Não obstante, a Toponímia continua sendo a vedete da Onomástica brasileira, e embora nos últimos anos haja recrudescido um interesse maior na onomástica pessoal é fato inegável que vários grupos bem articulados vêm produzindo pesquisa sobre os nomes de lugares em todos os níveis de formação – iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, em todas as regiões do país.

A necessidade de autoavaliação constante é uma realidade, seja em termos corporativos, equipes ou mesmo individual. Nesse sentido, um dossiê temático constitui-se, sem dúvida alguma, um excelente termômetro e gatilho para autoavaliações, além de exibir aos leitores interesses e rumos dos projetos, enfim, contribuir para a reflexão de um estado da arte. Este dossiê é, em parte, esse termômetro. Em parte porque, obviamente, suas contribuições não representam tudo o que se pesquisa no país, sendo de alcance limitado.

Não deixa de representar, contudo, uma parcela dos atuais interesses em pesquisa não apenas pelos artigos em si, mas pelas referências consultadas. Essa amostragem constitui-se um retrato, palavra que escolhemos para compor o título deste editorial. Retrato liga-se automaticamente a duas outras palavras constantes nas entrevistas, *espelho* e *fotografia*. Tanto este artigo editorial destaca *frames* ou quadros da toponímia brasileira e de toponímia geral quanto evidencia uma das premissas mais clássicas da função dos topônimos, apontados pela entrevistada Arcamone como “[...] fotografias da natureza dos lugares, conhecimento cartográfico e da história da paisagem [...]”<sup>2</sup> (tradução nossa). Como se pode notar, novidades e legados transpiram de artigos e entrevistas e, por isso, fica válida a premissa proposta pela chamada, a qual convocava autores para enviarem contribuições visando a tradição e inovação na Toponímia, para que pudéssemos diagnosticar a quantas anda a pesquisa em Toponímia no Brasil e, eventualmente, em outros lugares.

Além de captar contribuições de várias regiões do Brasil, viabilizando essa análise sobre os rumos da pesquisa e os tão almejados retratos, recebemos também reflexões vindas de outros países. Uma explora o sistema toponímico chileno, cujos pontos similares ao sistema toponímico do Brasil – mormente no que concerne à presença de línguas em contato – traz informações que são de interesse para qualquer pesquisador. Há, ainda, duas contribuições

---

letras maiúscula e minúscula, respectivamente. Mantemos Toponímia para o nome da disciplina, como explicamos mais adiante, por uma questão de uso histórico no Brasil.

<sup>2</sup> Do original em inglês: “[...] toponyms are often photographs of the nature of the places; cartographic knowledge; knowledge of the history of that landscape [...]”. Cf. a entrevista realizada por Giuntoli na seção *entrevistas*.

retratando diferentes quadros da toponímia no continente africano. Ambas são relevantes para entender tanto a dinâmica da toponímia portuguesa em outros locais de colonização quanto o processo contrário, decolonial, que vem ocorrendo nas últimas décadas. Nesse sentido, Guiné Bissau e Moçambique estão presentes no dossiê, representando dois países estrangeiros. Outras duas contribuições internacionais – uma vinda de Portugal e a outra da Itália – são noticiadas em forma de entrevistas, as quais trataremos em seção particular, após a apresentação dos artigos.

Os autores são soberanos em suas decisões quanto ao uso terminológico, posicionamentos teóricos e metodológicos, enfim, são responsáveis por todo o conteúdo de seus artigos. Isso não pressupõe, contudo, que as organizadoras compactuem com todos os posicionamentos presentes nos artigos deste dossiê. Essa discordância é salutar e, por isso, escolhemos alguns aspectos para detalhar neste artigo editorial que, além de apresentar os textos, também oferece material para reflexão. Pedimos especial atenção do leitor, então, para os assuntos relacionados à terminologia usada em Toponímia e, sobretudo, à estrutura do topônimo em língua portuguesa e sua classificação, objeto que, apesar do intensivo olhar que se lhe dedica no Brasil, ainda sofre com erros em sua interpretação, seja na articulação do termo geográfico com seu nome (sintagma toponímico), seja em qual classificação usar para cada um de seus elementos.

## 1 Sobre tradição e inovação

*Tradição e inovação* foram as palavras-mote escolhidas pelas organizadoras deste número temático no lançamento da chamada. Nosso objetivo ia bastante além de lançar uma proposta chamativa, que captasse várias colaborações. O propósito principal era perceber em que medida os pesquisadores iam responder a nosso apelo:

[...] este número temático está aberto a contribuições de estudos toponímicos preferencialmente de cunho teórico e metodológico que dialoguem sobre essa articulação entre linguístico e não linguístico no âmbito das pesquisas em toponímia.<sup>3</sup>

Desejávamos captar primordialmente contribuições que não repetissem a aplicação taxonômica, tradição nos estudos brasileiros, carentes de abordagens teóricas e metodológicas alternativas que façam, de certo modo, avançar a tradição rumo à inovação. Para discutir ambos os conceitos, trazemos inicialmente a definição de *tradição* segundo a filosofia, baseada no excelente dicionário de Nicola Abbagnano, para quem (2007, p. 966 e 967 e seguintes, itálico do autor) a tradição é também

Herança cultural, transmissão de crenças ou técnicas de uma geração para outra. No domínio da filosofia, o recurso à T.[radição] implica o reconhecimento da *verdade* da T.[radição], que, desse ponto de vista, se torna garantia de verdade e,

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/announcement/view/1322>. Acesso em: 19 abr. 2023.

às vezes, a única garantia possível. [...] Para Aristóteles, sua própria filosofia consiste em libertar a T.[radição] de seus elementos míticos, portanto em descobrir a T.[radição] autêntica ao mesmo tempo em que se funda na garantia oferecida por essa mesma T.[radição],

o que inclusive poderia significar, segundo Abbagnano, forjar documentos para que a tradição não fosse comprometida. O autor afirma (2007, p. 967) que o conceito de tradição “[...] não mudou, conservando a aparência ou a promessa dessa garantia”. Após os gregos, a ideia de tradição ressurgiu com força durante o Romantismo europeu, em fins do século XVIII. Abbagnano traz, de Hegel, a indicação que uma tradição não pode ficar estagnada, pois cabe a seus herdeiros produzir frutos a partir dessa herança:

Hegel exaltou explicitamente a T.[radição] e insistiu no seu caráter providencial: “A T.[radição] não é uma estátua imóvel, mas vive e mana como um rio impetuoso que mais cresce quanto mais se afasta da origem. [...] O que cada geração produziu no campo da ciência e do espírito é uma herança para a qual todo o mundo anterior contribuiu com sua economia [...]. E esse herdar é, ao mesmo tempo, receber a herança e fazê-la frutificar” [...] (ABBAGNANO, 2007, p. 967).

Tomando a definição de *tradição* no campo filosófico em Abbagnano – definição aplicável em outras realidades – para a proposta de nosso dossiê temático, a ideia das organizadoras consistiu em ratificar, em primeiro lugar, se a tradição em pesquisas toponímicas no Brasil representada pelo método de Dick (tese defendida em 1980 e publicada em 1990) está frutificando para além do método da taxonomia toponímica, já que boa parte das produções científicas no Brasil recorre a essa tradição confundindo, algumas vezes, teoria e método. Na outra ponta dessa reta está a inovação. Quais os novos ventos vêm sacudindo a tradicional árvore dickiana? É uma brisa leve ou um violento vendaval? Em outras palavras: o que há de diferente nas propostas de pesquisa em toponímia no Brasil?

E é Abbagnano, no mesmo verbete sobre tradição, quem nos dá uma pista sobre o conceito de inovação, despido, naquele momento, das vestes que atualmente carrega como “termo do momento”, presente em todo discurso contemporâneo, inclusive na governança: “O Iluminismo erigiu-se contra a T.[radição], afirmando que sua herança, na maioria das vezes, é erro, preconceito ou superstição, e recorrendo ao juízo da razão crítica para contestá-la [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 967).

Até que ponto há inovação em pesquisas toponímicas no Brasil? Não cabe a este dossiê temático, de alcance reconhecidamente limitado, responder a essa pergunta. A proposta deste editorial é, antes de mais nada, propor esse questionamento aos pesquisadores brasileiros para que se façam essa pergunta e, em processo autoavaliativo, verifiquem até que ponto sua pesquisa faz frutificar a tradição dickiana a uma maneira quase iluminista, ou seja, caminhando para além da taxonomia toponímica.

## 2 A problemática da terminologia: escolhas dos autores e posicionamento das organizadoras

Todo o processo editorial objetiva levar à comunidade científica contribuições ou pelo menos visões inéditas, analisadas em revisão cega por pareceristas *ad hoc*. Em geral, os pareceristas e seus pareceres “conversam” com os autores, sugerindo, sempre, melhoramentos. Os organizadores, durante esse processo, também podem fazer solicitações. No caso particular deste dossiê, é dessa dinâmica que vêm interessantes observações, as quais nos propiciam determinar os dois pontos, tradição e inovação.

Como já se colocou, gerações de pesquisadores no Brasil têm usado o método adequado por Dick para a realidade brasileira. Dizemos *adequado* porque a proposta de classificação via taxonomia não é exclusiva e nem surgiu no Brasil. Dick (1990 [1980]) fez sua proposta metodológica adaptada à realidade do Brasil, propositura repensada, algumas vezes, por vários autores. Esse passo adiante pode até não resolver problemas de forma extensiva, mas é, sem dúvida, uma frutificação daquela herança, é inovação em direção a soluções complexas. Cada contribuição é um tijolo nessa construção brasileira, cada dia mais sólida.

Outrossim, a tradição outorga hábitos arraigados que acabam retroalimentando a comunidade. Um exemplo é a terminologia, que, se por um lado é necessária ao entendimento e desenvolvimento da disciplina, por outro pode ficar ultrapassada e precisar de ajustes, substituições ou novas propostas. Foi nesse sentido que as organizadoras se sentiram à vontade para sugerir algumas adaptações nos manuscritos.

Uma das adequações sugeridas refere-se à presença dos termos *acidente*, bastante abundante nas contribuições recebidas, para descrever a natureza de um dos elementos componentes do sintagma toponímico. A proposta da tese de doutoramento de Dick, em 1980, estava em consonância com aquele momento, espelhando, inclusive, termos usados no Canadá e coligidos por Henri Dorion e Jean Poirier (1975), mas nesses cinquenta anos a discussão avançou dentro da Geografia, saber que nos lega essa terminologia. Se *acidente físico* e *acidente humano* eram plenamente aceitos naquela época, atualmente é preciso rever essa terminologia. A própria Geografia apresenta uma cisão, e há uma multiplicidade de definições para *acidente geográfico*<sup>4</sup>, o termo base para *acidente físico* e *acidente antropocultural*.

---

<sup>4</sup> Para Guerra (1987, p. 3, itálico nosso), por exemplo, acidente geográfico é o termo adequado para definir “[...] qualquer forma de relevo que ofereça contrastes com outras que lhe estão próximas”. Já para Medeiros et al. (1973, p. 2, itálico nosso), acidentes são “*Toda a forma de relevo que apresente desigualdades ou contrastes com as que lhe estão próximas*”, conceito bastante implicado, para estes autores, com os desnivelamentos de terreno. Pena (2023, s.p., itálico nosso) defende que “*Um acidente geográfico é um termo genérico utilizado para se referir a qualquer alteração ou transformação que ocorre sobre a superfície terrestre*”. E Tiradentes (2021, p. 21, itálico nosso) postulou uma definição que prima pelo dinamismo, em que “*Um acidente geográfico é uma marca da paisagem que representa características de um passado geológico que se transforma continuamente devido [às] ações dos agentes externos e internos, trazendo para si uma caracterização cultural representativa de uma sociedade que pode transformá-lo em um sinônimo de lugar ou de pertencimento*”.

Em todo o caso, a organizadora Carvalhinhos e outros autores no Brasil têm preferido adequar, em suas produções mais recentes, o termo para *entidade geográfica* e *entidade* ou *elemento físico* e *antropocultural*, haja vista que a própria instituição United Nations Group of Experts on Geographical Names (UNGEGN) sugere, para o inglês, o termo *geographical feature*, ao qual *entidade geográfica* adere com maior naturalidade. Aproveitamos este momento para propor, oficialmente, a nova sigla para acompanhar essas entidades: EGF para *entidade geográfica física* e EGH para *entidade geográfica humana*, em consonância com a proposta da UNGEGN e em substituição das siglas AF e AH.

Como o leitor pode perceber, a questão terminológica costuma suscitar muitas dúvidas e discussões, e não seria diferente nesta publicação. É por isso que essa problemática ganha espaço de destaque neste editorial, em uma dupla abordagem. Em primeiro lugar, há a questão da datação de alguns termos, como descrevemos nos parágrafos anteriores. Em segundo lugar, há a constante renovação advinda de novas pesquisas, que tanto impele à criação de novos termos quanto à adequação ao português de termos usados na literatura internacional.

Deparamo-nos, no processo de organização, com alguns casos. O mais comum é a tentativa de versão ao inglês – neste caso específico, língua do *abstract* e respectivas *keywords* – de termos usados no Brasil. Tal fato é um problema, pois ainda não existe uma uniformidade terminológica nem no país e muito menos no mundo. Há, sim, solicitações por parte das organizações internacionais de pesquisa onomástica, como a UNGEGN, que disponibiliza um glossário multilíngue (UNGEGN, 2002), e o ICOS, cujo GT de Terminologia<sup>5</sup> vem implementando paulatinamente em sua página *web* os termos usados nos países participantes, com objetivos futuros de disponibilizar à comunidade científica internacional as equivalências terminológicas. Isso facilitará sobremaneira o trabalho dos pesquisadores e evitará erros na escolha de palavras-chave inadequadas.

A diversidade terminológica não se ocasiona apenas pela sobreposição de termos. Também se dá pelo fato de o autor pertencer a outra escola, ou a outras realidades. Fora do Brasil, portanto, não é incomum encontrar termos inexistentes na academia brasileira ou desconhecidos da maior parte dos autores. Destacamos o termo *godonyms*, referente aos nomes de ruas. O termo é mais abundante na Europa, em particular na Europa Central e do Leste. No geral, os pesquisadores no Brasil estão mais habituados ao termo *hodônimo* (também grafado *odônimo*) e ao *hodotopônimo*, taxa indicativa da semântica do específico referir-se a vias de comunicação, logradouros, etc. Esse tema é retomado no item 3.1.1.

Outros termos podem causar estranheza pela cristalização mental que atinge a nós, brasileiros. É o caso do termo *indígena*, tão vinculado em nossa realidade aos povos tradicionais brasileiros que pode causar estranheza quando o termo não se aplica a grupos brasileiros, em específico, ou a povos ameríndios. Como o leitor poderá perceber, o termo é recorrente também

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://icosweb.net/publications/onomastic-terminology/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

em outras realidades, com o mesmo significado – autóctone –, mas remetendo aos povos originários dos locais mencionados, como é o caso de Moçambique.

Há, ainda, o problema do termo inusual ou de uso impróprio. Citamos dois exemplos: um caso, bastante frequente (não apenas no âmbito desta publicação), implica uma confusão bastante antiga entre dois termos linguísticos. Se, na língua comum, podem ser considerados parassinônimos, são diferentes do ponto de vista da Linguística – embora suas distinções sejam sutis. É o exemplo do par *designação/denominação*, que abordaremos em primeiro lugar, em 2.1. Em segundo, trazemos o caso de um termo não usual vinculado a um confuso histórico de citações que obscurece a origem do termo, historial retroalimentado em outras publicações – o termo *oniônimo*, presente no item 2.2.

## 2.1 O par *designação/denominação*

O par de termos em foco, *designação/denominação*, é recorrente em artigos recebidos para este dossiê e em outras produções, incluindo dissertações e teses. O problema maior advém, neste caso, de uma sinonimização não justificada, embora os termos sejam correlatos e a nuance de significado que os distingue seja bastante tênue. Esse uso sinonimizado, aceitável na comunicação oral diuturna, mas inconveniente dentro da terminologia onomástica, parece estar colado com a literatura produzida por Dick entre os anos 1980 e 1990, em que a autora usa os termos *designação*, *designativo*, *denominação* e também outras variantes indistintamente. Essa é uma herança, segundo Petit (2012, p. 3), da ótica saussureana, óbice à discussão e à correta diferenciação entre os conceitos, já que

O primeiro obstáculo é a prevalência de uma concepção imanentista da linguagem, para a qual esta última é a fonte, o meio e o fim de todo questionamento sobre si mesma. Decorrente de uma postura saussureana, o imanentismo rejeita qualquer consideração do referente na caracterização semântica e semiótica das unidades lexicais (PETIT, 2012, p. 3, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Esse equívoco, devidamente corrigido durante o processo editorial por meio de larga colaboração entre autores e organizadores, foi detectado em algumas das contribuições submetidas a este dossiê e se encontra presente, como já se mencionou, em muitos outros artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso ou mesmo relatórios de iniciação científica. Aproveitamos, pois, este editorial para alertar o leitor quanto a essa questão. Os termos *designação* e *denominação* retratam diferentes fenômenos, embora complementares. Kleiber (2012, p. 46) define *designação* como “[...] termo [...] utilizado quando a expressão não tiver sido atribuída *a priori* à entidade a que se refere, mas permite o acesso a ela através de informações (descritivas ou não) que contém [...]” (tradução nossa)<sup>7</sup>. Nesse mesmo artigo, em

<sup>6</sup> Do original francês: “Un premier frein est constitué par la prégnance d’une conception immanentiste de la langue pour qui cette dernière serait la source, le moyen et la finalité de tout questionnement sur elle-même. Issue d’une posture saussurienne, l’immanentisme rejette toute prise en compte du référent dans la caractérisation sémantique et sémiotique des unités lexicales”.

<sup>7</sup> Do original francês: “On parle de *désignation* quand l’expression n’a pas été attribuée *a priori* en propre à

que os odores são objeto de discussão, o autor esclarece que os dois termos não significam o mesmo:

*Denominação* não é, portanto, sinônimo de *designação* e só se pode conceder o status de designação e não de denominação a expressões que capturam ou se referem por tal e tal meio a tal e tal odor, sem ter sido convencionalmente atribuído *a priori* ao odor em questão. Se nos restringirmos à área de nomes de odores, as designações também serão, naturalmente, restritas à área de construções nominais (KLEIBER, 2012, p. 46, tradução nossa, itálico nosso)<sup>8</sup>.

Em uma de suas produções mais utilizadas no Brasil, a *Coletânea de Estudos*, publicada em 1988 e reimpressa em 1990 e 1992, Dick transita entre os dois termos. Cabe ao leitor estar ciente dessa diferença entre os conceitos para aplicá-los de modo efetivo, contribuindo para que se desfça esse equívoco terminológico tão comum em artigos sobre onomástica.

Ainda em se tratando de terminologia aplicada aos estudos onomásticos, parece este ser o campo mais suscetível a transformações ou inovações, algumas bem-vindas, outras, nem tanto. Por ser uma tradição em consolidação, os estudos toponímicos brasileiros podem sofrer com inovações desnecessárias ou pontuais. Desnecessárias porque não contribuem de fato com a pesquisa global *per se*, sendo pontuais porque podem servir a uma única investigação. Mas essa não é a única questão atinente a terminologia detectada no ato de organização deste volume.

## 2.2 A discutível paternidade de certos termos

Sabidamente, Richard Coates (2014) pontua que qualquer coisa pode ser *ônimo* (*somethingonyms*). Além da questão da referência, o autor remete ao problema classificatório, já que as camadas de significação ou diferentes acepções de um mesmo nome podem ligar-se a variados referentes e, com isso, serem passíveis de distintas classificações semânticas, o que deve ser evitado, segundo o autor, *a priori*. Em termos de criação taxonômica, é possível juntar um termo definidor da classe semântica ou do tipo a ser classificado (em geral, um termo grego) ao *-ônimo*. É assim que nascem as inovações terminológicas na Onomástica, quando necessário.

Podem surgir questionamentos quando a “paternidade” de um termo entra em jogo, o que ocorreu, neste dossiê, com o par *oniônimo/onionímia*. Neste caso, a dúvida em uma primeira leitura de um dos manuscritos adveio de uma prática acadêmica às vezes necessária, mas não muito salutar: o uso da citação de citação (*apud*). Ou seja, citar autores e autores citados

---

l'entité à laquelle elle renvoie, mais qu'elle permet néanmoins d'y accéder par l'intermédiaire des informations (descriptives ou autres) qu'elle comporte [...] (itálico do autor).

<sup>8</sup> Do original francês: “*Dénomination* n'est donc pas synonyme de *désignation*, et l'on ne pourra accorder qu'un statut de *désignation* et non de *dénomination* à des expressions qui saisissent ou renvoient par tel ou tel moyen à telle ou telle odeur, sans avoir été conventionnellement attribuées *a priori* en propre à l'odeur en question. Si l'on se limite au secteur des noms d'odeurs, les *désignations* seront, bien entendu, également restreintes au secteur des constructions nominales” (itálicos do autor).

por outros autores, o que, com o passar do tempo e com a multiplicação de textos sobre um mesmo assunto, pode ser problemático. Neste caso específico, a paternidade dos termos *oniônimo/onionímia* não fica totalmente clara e o leitor pode pensar que é atribuída a José Leite de Vasconcellos (1928, p.2), citado no mesmo parágrafo, mas uma consulta ao original da obra *Antroponímia Portuguesa* revela que Vasconcellos não é o “pai” desses termos.

Começa, então, a busca pelo autor a quem se deve creditar a criação ou inovação terminológica, tarefa nem sempre simples. Os oniônimos são definidos como “[...] nomes próprios de marcas ou artigos industriais [...]” por Rodrigues (2022, p. 32), baseada, provavelmente, em Souza (2019), cuja dissertação *Criação lexical em textos publicitários: análise de oniônimos* (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) parece, por sua vez, beber em Guérios (1973).

Talvez a confusão se dê porque Vasconcellos crie um “balaio de gatos” para agrupar todos os nomes próprios que não sejam topônimos ou antropônimos – os panteônimos. Toponímia e Antroponímia já são por Vasconcellos definidas no fim do século XIX, em seu “Ensaio de onomatologia portuguesa”, publicado no número 1 da *Revista Lusitana* (1887). Quatro décadas depois, em 1928, Vasconcellos retoma a definição em *Antroponímia Portuguesa*, incluindo mais uma classe: a *Panteonímia*, ou nomes vários. Desta forma, não é fato que o termo *oniônimo* tenha sido criado por Vasconcellos, muito embora o primeiro autor que dele se vale (e quem é?) se tenha inspirado nos panteônimos. Tal dúvida se instaura pela redação dada pelos autores ao parágrafo onde aparece esse termo.

### **3 Problemas na interpretação estrutural do sintagma toponímico e reflexões sobre algumas práticas usuais**

Um dossiê como este, ou qualquer outra publicação que traz um recorte das produções em determinado momento, pode proporcionar ótimas reflexões não apenas para os leitores que usufruem dos manuscritos publicados, mas também para editores e organizadores. Neste caso particular, receber contribuições provenientes de distintas partes do país e do mundo fez com que constatássemos opções diferenciadas não apenas quanto à terminologia, mas também método, aporte teórico, e mesmo quanto à forma de encarar o nome de lugar como unidade linguística. Trazemos algumas palavras sobre esses aspectos, a seguir.

#### **3.1 Sintaxe: a estrutura do topônimo e a confusão entre genérico e específico**

Como já mencionado, o desejo de inovação é lícito e necessário. Por outro lado, o desejo de dialogar com a usual metodologia da taxonomia toponímica e simultaneamente inovar pode ser um problema se a estrutura do nome de lugar não for corretamente interpretada.

A prática docente de Carvalhinhos como professora de Toponímia, há quase 20 anos, faz-nos constatar questões que surgem tanto no âmbito da sala de aula quanto entre pesquisadores, sejam eles mais jovens ou mais experientes. O estudante elabora, como questionamento óbvio e imediato, perguntas concernentes à terminologia específica. Ao aprofundar-se no assunto, contudo, outro ponto demanda sua atenção: o modelo taxonômico. A pergunta usual de um estudante pode assim ser colocada: se o topônimo é composto pela articulação entre um elemento ou entidade identificada – seja naturalmente constituída e por isso *física*, ou sofrendo intervenção do homem e por isso *antropocultural* – se o topônimo apresenta sempre em sua composição um genérico, por que a taxonomia toponímica não o analisa?

Segundo os modelos taxonômicos usados no Brasil, a análise semântica detém-se usualmente no elemento específico, ou seja, na segunda parte do sintagma toponímico, ou o nome atribuído a determinada feição do terreno, curso de água, povoação, etc. Evidentemente, o elemento genérico que identifica os lugares é relevante e tem muito a dizer, mas não pode ser classificado semanticamente pelas taxes usuais. Dessa forma, um rio como o paulistano *Rio Pinheiros* (EGF, rio, SP) poderá ser visto e analisado, como topônimo, sob várias óticas. Pela classificação do genérico, será um hidrônimo; pela taxonomia toponímica convencional, pertence à classe dos fitotopônimos. Não poderá, nunca, ser interpretado como hidrotopônimo, sob pena de desvirtuar a taxonomia já consolidada e implantar confusão entre os leitores, sobretudo jovens pesquisadores.

Deriva dessa questão o entendimento do topônimo articulado em sua estruturação de acordo com a natureza da língua que o gera. No caso do Brasil, é comum que o topônimo cujo elemento específico é indígena receba um genérico da língua portuguesa, conformando-se no posicionamento sintagmático usual genérico+específico. O componente interpretado como elemento específico pode, contudo, conter o elemento genérico original, amalgamado pela própria característica aglutinante do tupi ou de outras línguas tradicionais brasileiras.

Ainda sobre a questão estrutural do topônimo, a literatura de Dick costuma conferir maior atenção ao elemento específico, fato decorrente de sua proposta taxonômica. Para essa autora, a classificação do nome de lugar segundo suas unidades componentes, constituindo-se como topônimo *simples* ou *composto*, é feita exclusivamente sobre o elemento específico. É absolutamente necessário que essa interpretação seja correta, pois a estrutura genérico+específico sempre revelará uma composição entre esses dois termos integrantes do nome de lugar, o que não significa, necessariamente, que o topônimo seja composto.

Segundo essa orientação, um topônimo como o bairro paulistano *Planalto Paulista* (EGH, bairro, SP) precisa ser encarado como um topônimo com elemento específico composto, estando o genérico oculto (bairro). Desta forma, *Planalto* é o primeiro item constituinte do elemento específico e o que é usado, segundo Dick (1990 [1980]), para a definição semântica, sendo um geomorfotopônimo. Não é demais lembrar que se se tratasse de outra composição,

na qual *planalto* se caracterizasse como genérico, o topônimo em questão teria um específico simples – *Paulista* – e sua classificação taxonômica se alteraria.

Um outro exemplo ilustra essa dúvida bastante comum entre pesquisadores iniciantes. Tomemos um topônimo referente a um curso de água que fica dentro da cidade de São Paulo, na região de Interlagos, o *Córrego Cordeiro* (EGF, córrego, SP). Configura-se estruturalmente como um topônimo simples, pois nessa composição a palavra *córrego* é o elemento genérico definatório do tipo de curso de água, seguido por uma única palavra no termo específico, *Cordeiro*. Trata-se, portanto, de um zootopônimo em termos taxonômicos, sendo, também, um hidrônimo, do ponto de vista do genérico.

Não é demais lembrar que dar destaque para o elemento específico para responder à questão *why?*, um dos cinco *w*<sup>9</sup> mencionados à exaustão na literatura em inglês, é apenas uma das inúmeras maneiras de se analisar um topônimo. Urazmetova e Shamsutdinova (2017)<sup>10</sup> citam ao menos onze diferentes princípios, extraídos de um grande volume de dados já pesquisados. Analisar o campo semântico do específico equivale a explorar apenas um desses princípios.

Considerando o livre-arbítrio dos autores, respeitado mesmo quando não houve acordo após as sugestões de alteração nos manuscritos, advertimos o leitor que alguns artigos podem manter o equívoco de valerem-se das *taxes* ou classificação semântica do elemento específico para categorizar o elemento genérico. Tentamos, pois, reparar esse desacerto neste editorial. Nosso posicionamento fica claro no subitem que segue.

### 3.1.1 A ontologia do nome geográfico: um olhar para o elemento genérico

Também é importante ressaltar que analisar um topônimo a partir da perspectiva ontológica do genérico acarreta a escolha de uma diferente terminologia, ou seja, tipologias que já foram mencionadas por Dorion e Hamelin (1966), discutidas, rediscutidas e incrementadas por diversos autores nas últimas décadas. Pelo que se entrevê em outra obra de Dorion e Poirier (1975)<sup>11</sup>, o uso mais intensivo de termos compostos por um elemento específico relativo ao

<sup>9</sup> *Why, where, who, what, when*: os cinco *w*. É uma referência às cinco perguntas básicas que devem ser feitas em pesquisas toponímicas: *What* (“o que”, o objeto da indagação), *who* (“quem”, referência ao denominador), *where* (“onde”), *when* (“quando”) e *why* (“por quê?”), esta última ligada diretamente aos motivos do denominador. Cf., por exemplo, Blair e Tent (2021).

<sup>10</sup> O resultado apresentado por Urazmetova e Shamsutdinova (2017) é extremamente relevante. Analisaram, nessa ocasião, resultados de pesquisas envolvendo mais de 30 mil topônimos. Os estudos provinham do Reino Unido (somando 15 mil topônimos analisados por vários autores) e Estados Unidos (17 mil topônimos). Com base nesses estudos, cujas variadas abordagens decorrem da própria complexidade do objeto toponímico, as autoras sistematizaram e agruparam os dados em onze diferentes princípios. A abordagem que analisa o topônimo segundo a essência semântica do específico – ou seja, com o uso de taxonomia toponímica – é apenas um entre onze princípios detectados.

<sup>11</sup> É possível inferir tal fato porque Dorion e Poirier (1975) citam, em alguns verbetes da referida obra, que o termo

campo semântico do objeto seguido de um elemento mais geral (ou genérico) *-ônimo* data do final da primeira metade do século XX, o que coincide, de certo modo, com a expansão dos estudos pelo mundo, com a reunião periódica de especialistas para discussão de suas pesquisas e com a criação de duas grandes associações internacionais, ICOS e American Name Society (ANS).

Neste sentido, Urazmetova e Shamsutdinova (2017) elencam termos referentes a essa perspectiva ontológica do objeto nomeado, alguns familiares aos pesquisadores brasileiros, como os *hidrônimos* e os *orônimos*. A lógica da composição do termo é a mesma que preside a formação de uma taxa dentro da taxonomia toponímica, ou seja, há um termo mais geral e um mais específico. Neste caso, a tipologia que define a ontologia de um objeto apresenta um primeiro termo, específico, indicador da essência semântica do objeto denominado, seguido por um segundo termo, genérico, referente à condição denominativa, ou *ônimo*<sup>12</sup>. São citados, assim, termos desconhecidos ou incomumente usados no Brasil, todos compostos do mesmo modo.

Bem como é normal encontrar a divisão didática proposta por Sapir (1961 [1911]) entre *mundo físico* e *mundo social* para a composição lexical presente nas dicotomias mais frequentes nos estudos de toponímia brasileira – elementos geográficos físicos/elementos geográficos humanos; taxas de natureza física/taxes de natureza antropocultural –, também Urazmetova e Shamsutdinova (2017) seguem essa tendência, dividindo o mundo e suas denominações entre “objetos naturais” (físicos) e “objetos feitos pelo homem” (antropoculturais).

Entre os nomes de objetos naturais as autoras incluem *hydronyms* (*hidrônimos*), *oronyms* (*orônimos*, do grego ὄρος, “montanha”), *drymonyms* (do grego δρῦμός *drūmós*, “árvore”, “floresta”, que poderia ser adaptado ao português como *drumônimos*) and *insulonyms*, do lat. *insula* “ilha”, um possível *insulônimos*. Como ocorre com a taxonomia toponímica no Brasil, esses termos são constituídos por palavras do grego, mais frequentemente, mas também do latim. Essas tipologias podem abrigar subcategorias, tais como a dos termos já adaptados ao português: oceanônimos (nomes de oceanos), pelagônimos (nomes de mares), potamônimos (nomes de rios), limnônimos (nomes de lagos), espeleônimos (cavernas, grotas, minas, entre outros), etc.

Na outra vertente estão os objetos cuja origem está na interferência do homem na paisagem, ou seja, *man-made features*. As principais tipologias propostas por Urazmetova e

---

definido recebia diferente nome no século XIX. Um exemplo dessa substituição terminológica é oferecido no verbete *hidronímia* (original fr. *hydronymie*) e seu equivalente *hydronomastique* (*hidronomástica*) denominada, no século XIX, *onomástica fluvial* (original fr. *onomastique fluviale*). Cf. Dorion e Poirier (1975, p. 64).

<sup>12</sup> Permitimo-nos destacar um genérico, caracterizado pela terminação *-ônimo*, e um específico na composição dessa tipologia que define a essência ontológica dos objetos com base no que Dorion e Poirier (1975) ressaltam significativamente na referida obra sempre que descrevem um termo com essa composição: “Comme les autres choronymes, l’odonyme est composé d’un terme générique et d’un terme spécifique” (DORION; POIRIER, 1975, p. 99). Ou seja, todo topônimo pode receber uma classificação ontológica por seu termo geográfico, mais específica e determinativa. Assim, todo hidônimo é um topônimo, mas nem todo topônimo será um hidônimo.

Shamsutdinova (2017), aqui livremente adaptadas ao português, são: horônimos (nomes de territórios que possuem limites, sejam eles políticos, históricos, geográficos ou econômicos), oikônimos (nomes de aglomerados) e suas subcategorias astiônimos (para aglomerados urbanos) e comônimos (referente a aglomerados rurais). O termo *urbanônimo*, mais frequentemente usado no Brasil que os demais, refere-se a todos os objetos “locais”, tais como quarteirões, ruas, praças, aleias, avenidas, teatros, museus, cinemas, estações de trem e metrô, hotéis, lojas, enfim, tudo o que existe em uma cidade. As principais subtipologias dos urbanônimos são: hodônimos (nomes de vias), agorônimos (nomes de praças), microhorônimos (bairros), ergônimos (nomes de empresas), eclesiônimos (nomes de templos), oikodomônimos (nomes de edificações), dromônimos (nomes de estradas), necrônimos (nomes de cemitérios), microdrimônimos (nomes de bosques, parques e jardins urbanos).

Todas essas categorias definidas por termos (alguns deles apresentados aqui pela primeira vez em português em um texto sobre toponímia) podem ser utilizadas quando o foco do estudo for a entidade denominada, ou seja, o elemento genérico, seja ele físico ou antropocultural. Dessa forma, o mesmo topônimo citado anteriormente, *Córrego Cordeiro*, pertence à tipologia dos hidrônimos, não podendo ser classificado como hidrotopônimo, sob pena de erro. Um topônimo como *Serra do Mar* (EGF, serra, SP) será um *orônimo* pela classe ontológica de seu elemento genérico, mas um *hidrotopônimo* pela classificação do seu elemento específico. Quando um pesquisador queira classificar um topônimo por sua essência ou ontologia, regida sempre pelo elemento genérico, deverá valer-se dessas tipologias, e nunca das *taxes* – estas, sim, de uso limitado aos elementos específicos.

### 3.2 Ficha lexicográfico-toponímica é presença obrigatória?

Outra questão que se apresentou neste dossiê e que sempre surge entre jovens pesquisadores diz respeito à presença da ficha lexicográfico-toponímica, proposta de Dick no âmbito do Projeto Atlas Toponímico de São Paulo (ATESP) e amplamente utilizada nas coletas, bem como adequada e aperfeiçoada. Mas é sempre necessária?

A ficha lexicográfico-toponímica apresentada por Dick (2004) já vinha sendo usada há muito tempo com uma função um pouco diferente, ou seja, armazenar dados coletados em fichas-índice próprias. Todo o processo era feito a partir do registro em fichas de papel-cartão. Um topônimo, uma ficha. A nova proposta objetivou aproximar a ficha usada em estudos toponímicos até os anos 1990 ao que já se fazia em Lexicografia, e assim nasceu o formato-base da ficha que a maior parte dos pesquisadores em Toponímia usa hoje.

A ficha é relevante, sem dúvida, quando se discute o método ou quando o tema se volta justamente ao debate sobre a pertinência ou não desse instrumento de trabalho. Parece-nos, contudo, que fora desses contextos sua presença deve limitar-se aos bastidores, sobretudo quando o pesquisador apresenta os resultados de sua pesquisa em um artigo científico que deve ser, por seu gênero, objetivo, claro, conciso. Essa foi uma sugestão que as organizadoras

## LINHA D'ÁGUA

ofereceram aos autores que apresentaram fichas em contextualização desnecessária, sugestão acatada e aqui justificada.

### 3.3 A presença das taxes propostas por Dick

Há uma repetição constante da relação das taxes propostas por Dick (em 1980 e anos seguintes) em monografias, dissertações, teses e até artigos. Essa reincidência é admissível em caso de ilustração, apenas – ou seja, quando o trabalho não tem por objetivo a discussão do método –, e sugere-se que a relação das taxes figure como anexo caso seja do desejo de autores.

Contudo, listar as vinte e sete taxes em um artigo não nos parece profícuo – uma vez mais, o será apenas se o tema for o método. Essas vinte e sete taxes originais já foram adequadas, discutidas e complementadas por vários autores, sempre utilizando a referência bibliográfica original. A mais comum é a relação objetiva contida na já mencionada obra *Coletânea de Estudos* (1988, 1990 e 1992), em complementação ao texto *O problema das taxonomias toponímicas*, em que a autora define cada uma das taxes e brinda o leitor com exemplos provenientes de múltiplas regiões brasileiras. É a esse texto que remetemos o leitor não familiarizado com a relação desse modelo classificatório para a obtenção de informações mais detalhadas.

A chave para a compreensão das taxes componentes da taxonomia toponímica proposta por Dick permite ler e compreender, também, taxes propostas no mundo inteiro. O termo classificatório ou *taxe* compõe-se de uma parte específica e de uma parte geral, ambos retirados do grego, como já referido quando tratamos da tipologia do genérico. A parte específica da *taxe* refere-se ao campo semântico ali representado (*fíto-*, *zoo-*, *hidro-*, *ánthrōpos-*, *hodós-*, *polis-*, entre muitos outros), e a essa parte específica junta-se uma parte geral, presente em todas as taxes, indicativa da situação ou função de um nome de lugar, ou seja, *topônimo*. Um *hidrotopônimo* será, portanto, um topônimo cuja primeira parte do elemento específico<sup>13</sup> pertença ao campo semântico *água*. São hidrotopônimos, assim, topônimos como *Águas de Lindóia* (EGH, município, SP), *Lagoa Dourada* (EGH, município, MG), *Cachoeira do Mato* (EGH, vila, BA), e, segundo exemplos de Dick (1992), *Serra das Águas* (EGF, serra, GO), *Córrego Novo* (EGH, município, MG) e *Ribeirão Preto* (EGH, município, SP).

### 3.4 Toponímia – Disciplina ou ciência?

Não é incomum confundir o *status* de Toponímia. Algumas pessoas a consideram ciência, mas esse posicionamento não é correto. É preferível encará-la como disciplina

---

<sup>13</sup> Há discussões e propostas que objetivam analisar e classificar por meio de taxes todos os elementos de um específico complexo. Carvalhinhos, particularmente, discorda desse posicionamento por inúmeras razões cuja argumentação não cabe no âmbito deste texto e que serão discutidas oportunamente. Desse modo, a explicação que ora fornecemos traduz o posicionamento de Dick (1980, 1990 e outros).

científica. Em termos gerais, uma ciência pode também ser uma disciplina, como é o caso da Química, mas nem toda disciplina é também uma ciência. Há, inclusive, disciplinas não-científicas. Abbagnano (2007, p. 136 e seguintes) faz um apanhado das definições da ciência ao longo do tempo e segundo a visão filosófica, mas assim a resume:

Conhecimento que inclua, em qualquer forma ou medida, uma garantia da própria validade. A limitação expressa pelas palavras “em qualquer forma ou medida” é aqui incluída para tornar a definição aplicável à C.[iência] moderna, que não tem pretensões de absoluto. Mas, segundo o conceito tradicional, a C.[iência] inclui garantia absoluta de validade, sendo, portanto, como conhecimento, o grau máximo da certeza. O oposto da C.[iência] é a *opinião* (v.), caracterizada pela falta de garantia acerca de sua validade (ABBAGNANO, 2007, p. 136, *italico do autor*).

A ciência caracteriza-se pelo estudo – com escopo teórico adequado – de uma realidade a partir do empirismo, buscando sempre esclarecer a natureza de seu objeto a partir da formulação e comprovação ou rechaço de hipóteses, atos que a fazem avançar em direção à “verdade” indicada por Abbagnano a partir dos antigos filósofos. Por outro lado, a disciplina científica parte desse conhecimento proporcionado pela ciência para atingir determinados fins, utilizando sobretudo métodos científicos para alcançar seus objetivos. Desse modo, a Onomástica é uma ciência do léxico, e Toponímia (ou Toponomástica) e Antroponímia (ou Antroponomástica) duas de suas principais disciplinas científicas.

## 4 Algumas palavras sobre os artigos e seus autores

Como já anunciado, o presente dossiê temático sobre Toponímia e seus rumos tomou como diretriz as palavras-mote *tradição* e *inovação*. A chamada captou contribuições que ilustram esses direcionamentos e são provenientes de pesquisadores de diferentes partes do Brasil e de outros países, permitindo-nos associar os nove artigos aprovados em três grupos distintos.

O primeiro grupo caracteriza-se pela abordagem clássica de nomes de lugares do Brasil. *O resgate da memória: o topônimo do bairro ouro-pretano Cabeças* é assinado por Fernanda Kelly Mineiro Fernandes (doutoranda da UFMG) e Soélis Teixeira do Prado Mendes (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP). O artigo fornece uma análise de *Cabeças*, nome de um bairro do município de Ouro Preto (Minas Gerais), tendo como objetivo fazer a recuperação de parcela da memória cultural que remonta à época setecentista, quando Ouro Preto era Vila Rica. As autoras tomam como base postulados teóricos e metodológicos de Dick (1992) para a análise desse topônimo, utilizando as narrativas de moradores, e seguem a orientação laboviana, observando aspectos semânticos e formais da denominação no presente e no passado. A partir dessa opção, as autoras oferecem uma discussão de dados linguísticos e extralinguísticos relacionados ao topônimo *Cabeças*, acessando as motivações que nortearam a eleição dessa denominação, bem como sua vinculação no âmbito da pretérita Vila Rica.

O segundo artigo desse grupo, *Toponímia, léxico e cultura: a atividade de nomeação em narrativas sobre a festa de Nossa Senhora da Abadia (Jataí/Estado de Goiás)*, é de autoria de Rennika Lázara Dourado Cardoso, Lidiane Silva Araújo Guimarães (doutorandas da Universidade Federal de Catalão - UFCAT) e Vanessa Regina Duarte Xavier (UFCAT). Incluindo em sua base de dados lexicais elementos presentes nas narrativas de personalidades locais envolvidas na celebração das festividades de Nossa Senhora da Abadia, as autoras analisam as denominações presentes no itinerário dessa festa popular e identificam convergências motivadoras, revelando a intimidade do nomeador com o *locus* da comemoração.

A última contribuição desse bloco intitula-se *A nomeação toponímica como forma de exclusão: uma análise dos nomes de avenidas, ruas e travessas da cidade de Oeiras-PI*, de Messias dos Santos Santana (Universidade Estadual do Piauí - UESPI) e Layane Albuquerque de Moura (graduanda da UESPI). Os autores tomam as denominações de logradouros públicos do município de Oeiras (Piauí) como objeto de estudo e os analisam, traçando um padrão motivador dessa toponímia urbana e, ao mesmo tempo, permitindo a observação de elementos sociopolíticos presentes e ausentes nessa nomenclatura geográfica. Essas tensões são apontadas, identificadas e, brevemente, discutidas à luz de algumas reflexões teóricas colhidas junto à literatura de Toponímia Crítica. Esse quesito leva o texto a aproximar-se, nesse ponto, aos artigos do próximo bloco e aos novos ventos que movimentam o modelo tradicional presente em Dick (1992).

Na outra ponta da reta tradicionalista – ou que se vale, em maior medida, dessa base para a análise de topônimos – há artigos que trazem amostras e abordagens inovadoras de diferentes aspectos, domínios e parcelas da toponímia brasileira, vinculadas a propostas que, por si, partem e rumam por sendas ainda pouco exploradas. Em *Bahia heterográfica*, Patrícia Andréa Borges (doutoranda da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) oferece uma visão geral das diferentes grafias do topônimo Bahia ao longo de cinco séculos, período que antecede a estabilização gráfica desse nome geográfico. A autora explora, de modo inédito, três formas menos frequentes presentes no Dicionário Histórico do Português Brasileiro (DHPB), denominações colhidas em documentos dos séculos XVI e XVIII, discutindo e apresentando o pensamento ortográfico corrente no momento em que esses registros foram realizados. Desse modo, essa contribuição vincula-se tanto aos estudos de Toponímia quanto aos de Linguística Histórica.

O artigo *Contribuições do estudo hidronímico tocantinense: dos documentos oficiais à sala de aula*, de Verônica Ramalho Nunes (doutora pela Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT) e Karylleila dos Santos Andrade (Universidade Federal do Tocantins - UFT) traz inovações temáticas relevantes e urgentes, na figura da inserção da Toponímia na escola. Pautado em diretrizes curriculares nacional e estadual (Base Nacional Curricular e Diretrizes Curriculares da Secretaria de Educação do Tocantins), o artigo esboça uma proposta de oficina voltada à toponímia e ao ensino, oferecendo meios para que estudantes da segunda etapa do Ensino Fundamental da Educação Básica tenham acesso, de modo interdisciplinar, a aspectos linguísticos e extralinguísticos por meio do léxico toponímico.

Também inova o artigo *De Gonçalo Gonçalves a General Câmara, topônimos soterrados: Pedro Nava e a memória que descansa sob asfalto de larguíssima avenida*, de Antonio Rafael Marçal da Silva (mestrando da Universidade de São Paulo - USP) e Martin Jayo (USP). Conduzindo o leitor aos nomes e ao passado de uma via atualmente extinta da cidade do Rio de Janeiro a partir da obra *Bau de Ossos* (do escritor Pedro Nava) pela perspectiva da Onomástica Literária, o artigo é vanguardista em todo seu percurso e extensão, permitindo explorar memórias nesse contexto peculiar.

O último conjunto de artigos deste dossiê reúne contribuições que analisam a toponímia de outros países, mesclando abordagens teóricas e metodológicas inovadoras e clássicas. Em *Uma descrição inicial dos topônimos do Setor Autônomo de Bissau*, Baticã Braima Ença Mané (doutorando da USP) e Amanda Macedo Balduino (pós-doutoranda da UNICAMP) estabelecem um perfil da toponímia do Setor Autônomo de Bissau (Guiné-Bissau), listando dados linguísticos e socioculturais. Embora calcado na taxonomia toponímica, temática e propósitos do estudo revelam-se amplamente inovadores, uma vez que a literatura toponímica possui poucos trabalhos voltados a essa região. Nesse sentido, o debate sobre aspectos de políticas linguísticas em relação ao contato entre línguas nesse lugar e nessas circunstâncias constituem um feito inédito. Essa exploração preliminar da toponímia de Bissau proporciona tanto reflexões sobre a formação dessas denominações como evidencia a presença e a situação da língua portuguesa em um cenário de multilinguismo. Desse modo, e como os próprios autores apontam, o alcance da contribuição é ainda maior, pois empregam documentação e estabelecem uma investigação que amplia o acervo de estudos referentes à toponímia de países do continente africano junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em *Hispanic toponymy of Chile: linguocultural and linguopragmatic analysis*, a pesquisadora russa Irina A. Martynenko (Kutafin Moscow State Law University - MSAL) oferece um estudo da toponímia chilena de filiação hispânica por um viés tradicionalista, e ainda assim portador de novidades em diferentes frentes e aspectos. Desse modo, o artigo chamará a atenção do leitor brasileiro tanto pela diversidade metodológica utilizada – mais próxima aos mecanismos denominativos propostos por George R. Stewart (1975) – quanto por alguns termos utilizados. Além disso, a autora tece considerações sobre as denominações analisadas que abrangem um contexto mais amplo, o da toponímia latino-americana.

Finalizando a trinca de contribuições internacionais e completando o grupo de artigos sobre toponímia geral deste dossiê, apresentamos o artigo *A persistência ou o uso não oficial de topônimos coloniais na cidade de Maputo, Moçambique*, de José Jorge Mahumane (mestrando da Universidade Eduardo Mondlane - UEM) e de Joel das Neves Tembe (UEM). Nele, os autores investigam a toponímia de Maputo (Moçambique), antiga Lourenço Marques, por um ângulo inovador, empregando a Toponímia Crítica e demais aportes teóricos que possibilitam a análise de topônimos coloniais e pós-coloniais. Esse estudo, portanto, mobiliza um instrumental teórico atual para discorrer sobre aspectos diversos da toponímia de uma mesma localidade em relação a regimes políticos diferentes. Assim, o caráter inovativo do

artigo se manifesta em toda a sua extensão, também trilhando sendas e alcançando domínios ainda pouco explorados no âmbito da CPLP.

## 5 Entrevistas: a oportunidade de conhecer grandes nomes

Este dossiê também conta com duas contribuições que abrilhantam o conjunto de nove artigos. São duas entrevistas com pesquisadores internacionais de renome, cada um em sua área de atuação. As entrevistas vêm de dois países diferentes, com distintas tradições: Portugal e Itália. Na verdade, ambas as entrevistas foram conduzidas com o auxílio das organizadoras, que propuseram algumas questões de interesse do leitor brasileiro. Uma, em português, mais próxima de nossa realidade também por tratar de toponímia portuguesa; a outra, em edição bilingue italiano/inglês, apresenta informações riquíssimas não apenas ao público usual do Brasil, abrindo-se ao mundo.

Em Portugal, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Maria Soares Santos (pós-doutoranda - USP) entrevistou José d'Encarnação, toponimista por força de sua atuação como docente (agora aposentado) na Universidade de Coimbra (UC), especialista em epigrafia. A entrevista, conduzida entre o fim de setembro e o início de outubro de 2022, relata como o docente enovelou-se com os estudos de toponímia, trazendo detalhes de sua experiência como investigador no campo da Epigrafia Romana e de sua vivência em relação a aspectos históricos e linguísticos imbricados em nomes de lugares. Além disso, o docente discorre sobre o atual cenário dos estudos de toponímia em Portugal e alguns dados de relevo no âmbito da toponímia em língua portuguesa, bem como ilustra seu relato com fotografias.

A segunda entrevista, realizada entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023 na Itália, nos brinda com a vasta experiência de uma onomasticista de renome. Prof. Dr. Giacomo Giuntoli (professor do IPSAR Matteotti di Pisa), ex-orientando, conduziu a entrevista junto à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Giovanna Arcamone (Universidade de Pisa - UNIPI), nome de expressão em toda a Europa. Aposentada, ainda se dedica a múltiplas tarefas e é lembrada, até os dias de hoje, pela organização de um inesquecível congresso do ICOS em Pisa (2005), e por sua atividade atual em vários órgãos ligados a estudos onomásticos.

Ao rememorar pontos de sua longa trajetória acadêmica, Arcamone tece considerações sobre sua produção em Onomástica e em Toponímia, especialmente em onomástica literária italiana e em toponímia italiana em geral, especificamente lombarda e toscana. A pesquisadora oferece exemplos marcantes e emblemáticos de denominações analisadas ao longo de sua carreira, muitas delas referências para a compreensão dos estudos de toponímia italiana. Oferece, ainda, um panorama atual sobre Onomástica e Toponímia na Europa e informações relevantes a pesquisadores iniciantes.

A pedido das organizadoras, ambos os entrevistados refletem a respeito de aspectos pontuais da toponímia brasileira. Nesse sentido, há observações do Prof. d'Encarnação sobre o

próprio nome Brasil e da Prof.<sup>a</sup> Arcamone sobre a presença de denominações transplantadas com a finalidade de homenagear cidades italianas na região sul do país, segundo constatações realizadas pela docente em anos anteriores, durante pesquisa de campo.

## Palavras finais

Não resta muito a dizer. No âmbito deste editorial, já o fizemos de modo plenamente satisfatório, se não excessivo. Desejamos, apenas, que este dossiê temático possa contribuir, na medida de suas limitações de espaço e tempo, para atos reflexivos, esclarecimentos e, sobretudo, divulgação de boa ciência. Que a tradição e a inovação, corretamente dosadas, possam guiar nossos passos. Deixamos livre o leitor para, após aquecer-se e flexionar-se com a leitura deste artigo editorial, dar um último salto e mergulhar, com muito fôlego, na leitura dos artigos e das entrevistas. Com a palavra, os autores.

Desejamos a todos ótima leitura.

## Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos de Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Título original: Dizionario di filosofia.

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher, 2020. DOI: <http://doi.org/10.5151/9786555500011>. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/453>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BLAIR, D.; TENT, J. A Revised Typology of Place-Naming. *Names*, [s. l.], v. 69, n. 4, p. 30-47, 2021. DOI: <http://doi.org/10.5195/names.2021.2260>. Disponível em: <https://ans-names.pitt.edu/ans/article/view/2260>. Acesso em: 22 abr. 2023.

COATES, R. We are surrounded by onymies: relations among names, name-types, and terminological categories. In: CONGRÈS INTERNACIONAL D'ICOS SOBRE CIÈNCIES ONOMÀSTIQUES, 24., 2011, Barcelona. *Actes* [...]. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2014. p. 6-13. DOI: <http://doi.org/10.2436/15.8040.01.2>. Disponível em: <http://www.gencat.cat/llengua/BTPL/ICOS2011/002.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004. v. 2, p. 121-130.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990 [1980].

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos*. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

## LINHA D'ÁGUA

DORION, H.; HAMELIN, L.-E. De la toponymie traditionnelle à une choronymie totale. *Cahiers de géographie du Québec*, Québec, v. 10, n. 20, p. 195-211, 1966. DOI: <https://doi.org/10.7202/020624ar>. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/cgq/1966-v10-n20-cgq2594/020624ar/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DORION, H.; POIRIER, J. *Lexique des termes utiles à l'étude des noms de lieux*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1975. (Série Choronyma, 6).

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 2. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

GUERRA, A. T. *Dicionário Geológico-geomorfológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

KLEIBER, G. De la dénomination à la désignation: le paradoxe ontologico-dénotatif des odeurs. *Langue Française*, [s. l.], v. 174, n. 2, p. 45-58, 2012. DOI: <http://doi.org/10.3917/lf.174.0045>. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2012-2-page-45.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MEDEIROS, M. R. de et al. *Dicionário de geografia*. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

PENA, R. F. A. *Acidentes geográficos*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/acidentes-geograficos.htm>. Acesso em: 22 abr. de 2023.

PETIT, G. Présentation: la dénomination. *Langue Française*, [s. l.], v. 174, n. 2, p. 3-9, 2012. DOI 10.3917/lf.174.0003. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2012-2-page-3.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

RODRIGUES, L. S. *Antropônimos inovadores: de germânicos a baianos*. Salvador: EDUFBA, 2022.

SAPIR, E. Língua e ambiente. In: SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. Tradução: Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961 [1911]. p. 43-62.

SOUZA, A. J. de. *Criação lexical em textos publicitários: análise de onônimos*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31678>. Acesso em: 22 abr. 2023.

STEWART, G. R. *Names on the Globe*. New York: Oxford University Press, 1975.

TIRADENTES, L. Acidentes geográficos ou formas do relevo? Conceitos para o ensino de geografia. *Revista de Ciências Humanas*, [s. l.], v. 1, n. 21, p. 18-32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/11840>. Acesso em: 22 abr. 2023.

UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES (UNGEGN). *Glossary of terms for the standardization of geographical names*. New York: United Nations, 2002. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungegn/docs/glossary.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

URAZMETOVA, A. V.; SHAMSUTDINOVA, J. K. Principles of place names classifications. *XLinguae*, Nitra, v. 10, n. 4, 2017, p. 26-33. DOI: <http://doi.org/10.18355/XL.2017.10.04.03>. Disponível em: [http://www.xlinguae.eu/2017\\_10\\_04\\_03.html](http://www.xlinguae.eu/2017_10_04_03.html). Acesso em: 22 abr. 2023.

VASCONCELLOS, J. L. de. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

VASCONCELLOS, J. L. de. Ensaio de onomatologia portuguesa. *Revista Lusitana*, Porto, v. 1, n. 1, p. 45-53, 1887.